

# Biônico da ditadura

O senador Ramez Tebet, 64, começou sua carreira política na Arena (partido de sustentação da ditadura militar), em 1975, como prefeito nomeado de Três Lagoas (MS), sua cidade natal, pelo então governador de Mato Grosso Garcia Neto.

Da prefeitura passou à Assembléia Legislativa, em 1979, do recém-criado estado de Mato Grosso do Sul, eleito deputado estadual com 14.442 votos. Foi relator da constituição estadual e secretário de Justiça do governador Marcelo Miranda. Quando romperam, Tebet migrou para o PMDB. Em 1982, foi eleito vice-governador na chapa de Wilson Martins. Governou o Mato Grosso do Sul nos dez meses finais do mandato, quando Martins licenciou-se para disputar o Senado.

## DA SUDECO AO SENADO

Integrou o governo José Sarney como titular da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (Sudeco) de 1997 a 1990.

Em 1994 elegeu-se senador com 300 mil votos. Aproximou-se então da nova cúpula do partido liderada pelo senador Jader

Barbalho, então líder no Senado, de quem recebeu importantes relatorias no Parlamento. Foi indicado relator de investigação sobre suspeita de favorecimento na montagem do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), em 1995. Um caso ruimoroso que levou à demissão o então ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra. Em 1999, presidiu a CPI do Judiciário, que descobriu desvio de R\$ 169 milhões (valor sem atualização) do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Ganhou projeção, entretanto, ao conduzir, como presidente do Conselho de Ética, o processo de cassação de Luiz Estevão, em 2000, e os processos por quebra de decoro parlamentar, por violação do painel de votação do Senado, contra os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, em 2001. Eleito por ACM como o seu principal alvo, Tebet foi citado no discurso de renúncia do baiano como “rábula do pantanal”. Filho de imigrante libanês, Tebet é advogado. Assumiu o Ministério da Integração Nacional em 20 de junho. Ficou no cargo apenas três meses.